



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ACTA Nº 02

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29/01/2013
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:		

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 29/01/2013

ACTA Nº 02

----- Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e onze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves e João dos Santos Alves. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Vereador Gonçalo Barateiro Diogo, por motivo de ordem familiar urgente e inadiável.

----- A ata da reunião ordinária do dia 08 de janeiro de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, a Câmara Municipal está a proceder a obras de reparação na Piscina Municipal com os seus próprios meios, com exceção no que a canalização e a trabalhos em madeira diz respeito; Que, tendo em conta a deterioração das estruturas devido à humidade, o teto da piscina está a ser impermeabilizado e os jardins nele existentes serão substituídos por relva sintética. -----

----- Que, vão proceder a obras de requalificação do Parque de Campismo de Janeiro de Baixo, com principal incidência no edifício de apoio à Praia Fluvial; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, esteve recentemente em Lisboa, com o Dr. João Marques, Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, junto de mais de 50 empresários das atividades de diversão e representantes da APED - Associação Portuguesa de Empresas de Diversão, a fim de se manifestarem em frente ao Ministério das Finanças contra o aumento da taxa de IVA, de 6% para 23%, o que é preocupante. Este aumento está a empurrar para a falência muitas das empresas de diversão no país, sendo que este ramo tem alguma relevância no nosso concelho, como é sabido, na zona da freguesia de Portela do Fojo. Tendo em conta a sua representatividade naquela Freguesia, as localidades de Amoreira, Folgares e Padrões pretendem homenagear, oportunamente, os empresários de diversão com um monumento em sua honra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.2 - Antecipação do dia da próxima reunião de Câmara

----- Tendo em conta que a primeira reunião de Câmara do mês de Fevereiro coincide com o dia de Carnaval, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, antecipar a reunião para o dia 11 (segunda-feira), às 10:00 horas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1.1 - Grupo Desportivo Pampilhosense

- Festa de Carnaval - Pedido de isenção de taxas

----- Foi presente uma carta do Grupo Desportivo Pampilhosense, a comunicar que pretende levar a efeito, no próximo dia 09 de fevereiro, uma festa de Carnaval, no Estádio Municipal, abrilhantada pelo grupo musical Pampilhosense "Geração 3". Por esse facto, solicitam a isenção das respetivas taxas de licenciamento do espetáculo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.2 – Cáritas Diocesana de Coimbra

- Pedido de autorização para realização de Peditório Público

----- Foi presente uma comunicação da Cáritas Diocesana de Coimbra, a comunicar que pretende realizar um Peditório Público nos dias 28 de fevereiro, 01 e 02 de março, nas ruas do concelho de Pampilhosa da Serra, integrado na semana Nacional da Cáritas. Por esse facto, vem solicitar autorização para o efeito. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 – SECÇÃO FINANCEIRA

2.2.1 – Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra

- Protocolo de colaboração – Curso Carnavalesco

----- Foi presente uma carta do Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra, a comunicar que, à semelhança de anos anteriores, pretende levar a efeito o desfile de Carnaval, a realizar no dia 10 de Fevereiro do corrente ano, pelo que, solicita à Autarquia apoio financeiro, destinado a participar a organização e realização do curso carnavalesco, na vila de Pampilhosa da Serra. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir apoio financeiro no valor de 3.000,00 € (três mil euros) mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 – PRODER – AÇÃO 351 – Pedido de comparticipação, no âmbito da gestão do GAL-ELOZ

----- No âmbito do Programa supramencionado, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, transferir para a Dueceira – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, a importância de 216,20 €, comparticipação a imputar a cada Município



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

integrante, referente ao valor total de despesas não elegíveis (1.513,37 €) que têm vindo a ser asseguradas até à data pela Dueceira. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 – Quota da CIMPIN

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ O Município de Pampilhosa da Serra é associado da CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte. No ano de 2012 transferiu para a CIMPIN 100€/mês, respeitante à quota que lhe corresponde na qualidade de Município integrante. -----

----- Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2013, é necessário deliberação da Câmara com efeitos a partir de janeiro/2013.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.4 – Quota da ADESA

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ O Município de Pampilhosa da Serra é associado da ADESA – Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor. No ano de 2012 transferiu para a ADESA o valor de 4.000,00 €/mês, respeitante à quota-parte da responsabilidade desta Autarquia para fazer face aos encargos financeiros da Associação. -----

----- Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2013, é necessário deliberação da Câmara com efeitos a partir de janeiro/2013. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.5 – ADXTUR – ACORDO DE COLABORAÇÃO



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ Entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto foi celebrado um acordo de parceria em 15 de Setembro de 2008. -----

----- Considerando que as Entidades alteraram os termos e condições previstas no citado acordo, cabendo ao Município o valor de 640,00€/mês, para financiamento dos recursos humanos e materiais a disponibilizar pela ADXTUR aos parceiros, informa-se que é necessário dar cumprimento à cláusula Quarta.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.6 – 1ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2013

----- Foi presente a 1ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2013, no valor de 150.000,00 € e 60.000,00 €, respetivamente. -----

----- A Câmara Municipal, após análise dos documentos, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 – SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 – Restaurante “As Piscinas”

Serras & Lendas, Lda – Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma carta da firma Serras & Lendas, Lda – Restaurante “As Piscinas”, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do v/ofício com a referência nº 200, de 16/01/2013, relativamente à deliberação tomada para que efetue o pagamento do pré-aviso em falta correspondente a 90 dias e dos débitos discriminados, informo o seguinte: -----

----- Tendo em conta que os prejuízos da firma já se acumulavam a alguns meses, situação



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

provocada pelos custos de estrutura elevados, pelo decréscimo de clientes, relacionado com a atual situação económica, verificou-se também o aumento da Taxa IVA. Contudo, e para agravar ainda mais a situação, as dívidas de clientes à sociedade aumentaram devido ao não pagamento de refeições servidas a empresas ligadas a várias obras que na altura decorriam no Concelho. -----

----- Tentei ainda e durante alguns meses manter a empresa em funcionamento, acreditando que a situação da empresa poderia melhorar e assim salvaguardava a situação dos funcionários que tinha a meu cargo, o que não aconteceu, devido a estes factos, ficou insustentável a continuação da atividade. -----

----- No que concerne ao cumprimento do pré-aviso constante do regulamento (90 dias), não me foi possível cumprir devido aos factos descritos. -----

----- Pelo exposto, solicito que me seja relevado o pagamento da referida indemnização, assumindo, por outro lado, a dívida que a empresa detém com o Município, a qual será suportada pelos próprios Sócios. Proponho ainda, que me seja facultado o pagamento em prestações mensais de 180,62 euros, pelo período de 12 meses. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade considerar que as razões invocadas para o incumprimento do prazo de pré-aviso são atendíveis, por serem alheias à vontade da empresa e por reconhecer as dificuldades por que passa o tecido empresarial português e, especificamente, a nível municipal, dispensando assim a empresa Serras & Lendas do pagamento da indemnização respeitante ao prazo de pré-aviso em falta.-----

----- Mais deliberou aceitar o plano de pagamento proposto, com a ressalva de que a primeira prestação deve ser paga impreterivelmente até ao dia 10 de fevereiro de 2013. Vencendo-se as restantes no dia 10 de cada um dos meses subsequentes, até integral pagamento. E que a falta de pagamento de qualquer uma das prestações constantes do plano de pagamento, dentro do prazo estabelecido, determinam o imediato vencimento de todas aquelas que estiverem em dívida. Só podendo ser cancelada a caução, prestada por garantia bancária (melhor identificada no contrato de cessão de exploração firmado entre o Município e a sociedade requerente), cumpridas as obrigações decorrentes do plano de pagamento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 - Abertura de Concurso, na modalidade de hasta pública, para a concessão de exploração do Café/Bar e do Restaurante "A Piscina"

----- Foram presentes as minutas do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Edital, respeitantes ao concurso para concessão de exploração do Café/Bar e Restaurante



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

“A Piscina”, localizados na Av. dos Bombeiros Voluntários, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal depois de analisar, deliberou por unanimidade proceder à abertura do concurso, na modalidade de hasta pública, para concessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, localizados na Av. dos Bombeiros Voluntários, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, bem como aprovar o Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Edital, nos precisos termos em que se encontram redigidos, os quais se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, que a praça fosse dirigida por uma Comissão composta por: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

----- Vogal: Felisberto Neves Pinto, Técnico Superior; -----

----- Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnico Superior; -----

----- Vogal Suplente: Luís Filipe Simões Batista, Técnico Superior. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.3 - Abertura de Concurso, na modalidade de hasta pública, para a concessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, do Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo

----- Foram presentes as minutas do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Edital, respeitantes ao concurso para concessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, do Edifício de Apoio de Praia e do Polidesportivo, situados junto à praia fluvial de Janeiro de Baixo, na freguesia de Janeiro de Baixo, do concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal depois de analisar, deliberou por unanimidade proceder à abertura do concurso, na modalidade de hasta pública, para concessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, do Edifício de Apoio de Praia e do Polidesportivo, situados junto à praia fluvial de Janeiro de Baixo, na freguesia de Janeiro de Baixo, do concelho de Pampilhosa da Serra, bem como aprovar o Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Edital, nos precisos termos em que se encontram redigidos, os quais se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Mais deliberou, por unanimidade, que a praça fosse dirigida por uma Comissão composta por: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

----- Vogal: Felisberto Neves Pinto, Técnico Superior; -----

----- Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnico Superior; -----

----- Vogal Suplente: Luís Filipe Simões Batista, Técnico Superior. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.4 – Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência de requerimento, subscrito pelo Sr. Carlos Alberto Fernandes Carlota, arrendatário da fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, onde solicita a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, assinado em 1 de agosto de 2008, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão que: -----

“Cláusula Terceira

DURAÇÃO DO ARRENDAMENTO

----- O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prezo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo co Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao máximo total de vinte anos.” -----

----- Pelo que, o arrendatário em questão cumpriu com o prazo de antecedência mínima previsto contratualmente, podendo a Câmara Municipal anuir na renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 1 de Agosto de 2013. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade renovar o contrato de arrendamento em apreço. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.5 – Contrato de Arrendamento da Fração A do II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

- Ratificação

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta as deliberações da Câmara Municipal tomadas em reuniões ordinárias realizadas em 27/11/2012 e 08/01/2013, foi celebrado no dia 18 do corrente, o competente contrato de arrendamento cuja cópia se anexa à presente, a fim de ser submetido a ratificação por parte do órgão executivo autárquico, já que o mesmo não se encontra totalmente de acordo com o consignado no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações daquele Pavilhão (aprovadas em reunião de Câmara de 25/10/2011, **anexo**), e se for esse o superior entendimento de V.Ex^a.-----

----- Tendo em conta que o referido contrato foi redigido de acordo com o disposto naquele documento, que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações daquele Pavilhão (aprovadas em reunião de Câmara de 25/10/2011) e o disposto na Lei n.º 31/2012, de 14 de Agosto que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, importa informar:

Consignou-se no contrato em questão que o mesmo produziria efeitos no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura, dado que a assinatura foi efetuada no dia 18 do presente, e por forma a que o período de pagamento da renda (1.º dia útil do mês anterior àquele a que disser respeito) coincidissem com a produção de efeitos do mesmo. -----

----- Também se consignou que, findo o prazo do arrendamento o mesmo se renova automaticamente por períodos de igual duração, mantendo-se o limite máximo total de 20 anos (previsto no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações daquele Pavilhão), se nenhuma das partes se opuser à renovação ou não ocorrer nenhuma causa que opere a extinção do arrendamento, atento o disposto no art. 1054.º do Código Civil. -----

----- Nos termos do disposto no art. 1110.º do Código Civil manteve-se o prazo de antecedência mínima de 60 dias, mas do termo pretendido do contrato, para ser denunciado o contrato de arrendamento em questão. -----

----- À semelhança do que aconteceu nos anteriores contratos de arrendamento relativos às três frações do Pavilhão em questão, atenta também a deliberação tomada em reunião ordinária de 31 de janeiro de 2012, manteve-se a disposição relativa ao pagamento dos meses de fevereiro e março na data da assinatura do contrato. -----

----- No que à Cláusula Décima Terceira (Cláusula Penal) diz respeito cumpre salientar que à mesma foi dada a seguinte alteração, no que aos seus números 1 e 2 respeita: -----

----- 1 – Considerando que na candidatura apresentada pelo ora arrendatário, objeto de análise e decisão nas reuniões da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizadas em 27 de Novembro de 2012 e 8 de janeiro de 2013, consta a intenção do mesmo em proceder à criação de um único posto de trabalho (o do próprio arrendatário), apresentando o mesmo a declaração de início de atividade como trabalhador independente/empresário em nome individual, considerou-se verificado o cumprimento da candidatura/requerimento apresentado, no que à criação do novo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

posto de trabalho respeita. -----

----- 2 - Podendo a Câmara Municipal, para verificação da manutenção do cumprimento da candidatura/requerimento, solicitar a todo o tempo, quaisquer elementos comprovativos da mesma."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.6 – Concurso tendente à adjudicação do arrendamento do edifício de apoio e terraço/esplanada, localizados na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra

- Ata

----- Foi presente a Ata do Júri do procedimento concursal tendente à adjudicação do arrendamento do edifício de apoio e terraço/esplanada, localizados na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. Da referida ata consta que *"foi verificado que não deu entrada nos serviços da autarquia qualquer pedido de esclarecimento/reclamação, apresentado pela única concorrente, no âmbito do presente concurso. Assim, o Júri deliberou, por unanimidade submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, na sua próxima reunião, a proposição da exclusão da única proposta, apresentada pela concorrente Lúcia dos Santos Pires Matias, por não ter anexado, à sua proposta, cópia de documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação contributiva para com a Segurança Social (obrigatório, por força do disposto no ponto 4.1.2 do Programa de Concurso), tendo anexado somente cópia do respetivo pedido para emissão de declaração de situação contributiva, nem cópia de documento comprovativo de não se encontrar em dívida perante o Município de Pampilhosa da Serra, no tocante a quaisquer contribuições, taxas ou rendas (obrigatório, por força do disposto no ponto 4.1.4 do Programa de Concurso)."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.7 – Licença de Taxi nº 7/2013



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Conforme Despacho de V.Ex^a de 17/01/2013, atenta informação da Secretaria, em anexo, sou a informar: -----

----- “ Deu entrada no dia 16/01/2013, nos serviços desta Câmara Municipal, um requerimento subscrito por **Fernando Cebola Ferreira Gonçalves**, que segundo informação anexa dos serviços de Secretaria desta Autarquia é o atual titular do alvará de licença de táxi nº 07/2013, emitido pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra (apesar de, no alvará em questão, não constar o averbamento em seu nome, encontrando-se o mesmo ainda em nome de Taxis Farritelo, Ld^a) onde solicita o “cancelamento da licença nº 07/2003, em virtude de ter vendido a atividade a favor da firma Torgal & Torgal, Ld^a”; -----

----- Paralelamente deu entrada nesse mesmo dia, nos serviços desta Câmara Municipal, um requerimento subscrito pela gerência da sociedade comercial por quotas “**Torgal & Torgal, Ld^{ma}**”, onde solicita o averbamento da licença de táxi nº 07/2013 a seu favor. -----

----- Assim, apesar de o requerimento subscrito pelo Senhor Fernando Cebola Ferreira Gonçalves solicitar o “cancelamento do alvará”, parece-me que o que se pretende é, de facto, a transmissão/transferência da licença de táxi em questão do Sr. Fernando Cebola Ferreira Gonçalves para a sociedade por quotas Torgal & Torgal, Ld^a, melhor identificada no requerimento em questão. -----

----- Analisado que foi o Regulamento da Atividade de Transportes de Aluguer de Automóveis Ligeiros de Passageiros, em vigor na área do município de Pampilhosa da Serra (publicado no Apêndice 84, ao D.R. nº 130, II Série, de 05/07/2003, e posterior alteração publicada no Apêndice 144 ao D.R. nº 219, II Série, de 22/09/2003) verifica-se que o mesmo não contém qualquer disposição que regule a questão da transmissão ou transferência das licenças de táxis. Referindo, no seu artº 38º que “**Os casos omissos e dúvidas suscitadas, decorrentes da aplicação do presente Regulamento, serão resolvidas pela Câmara Municipal**”.-----

----- Sendo certo que, dispõe o nº 4 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 41/2003, de 11 de Março, que alterou e republicou o Decreto-Lei nº 251/98, de 11 de Agosto, o seguinte: -----

----- “**4 - A transmissão ou transferência das licenças dos táxis, entre empresas devidamente habilitadas com alvará, deve ser previamente comunicada à Câmara Municipal a cujo contingente pertence a licença**”.-----

----- Pelo que, salvo melhor opinião, desde que ambas as empresas/empresários se encontrem devidamente licenciados para o exercício da atividade de transporte em táxi (cuja licença se consubstancia um alvará, esse sim intransmissível) a transmissão ou transferência das licenças dos táxis poderá ser feita, desde que previamente comunicada à Câmara Municipal. “-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.8 – Proposta do Sr. Presidente **- Domínio Público Municipal**

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- Considerando que, aquando do alargamento da E.M. 549, entre Carvalho e Pessegueiro, foi ocupada uma área de terreno, resultante da demolição de um lagar de fazer azeite, pertencente aos herdeiros de Manuel Alves Mariano; -----

----- Consequentemente, considerando que as estradas e os caminhos municipais pertencem ao domínio de circulação das autarquias locais e, portanto, ao domínio público do município, a área de terreno resultante da demolição do supra dito lagar passou a integrar o domínio público municipal. -----

----- Desconhecendo-se, ao tempo, o artigo matricial a que correspondia tal imóvel não foi possível proceder à respetiva regularização, junto do serviço de finanças de Pampilhosa da Serra. -----

----- Não obstante, com a nova avaliação à matriz predial urbana, levada a efeito a nível nacional, o imóvel em causa foi identificado como o correspondente ao artigo matricial urbano 1.225 da freguesia de Pampilhosa da Serra. -----

----- Com vista à regularização de tal situação, junto do serviço de finanças, sugiro que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquele artigo matricial urbano, ao domínio público municipal, nos termos da al. a), do nº 6 do artº 64º e al. b), do nº 4 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, atenta a sua atual redação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.9 – Protocolo de Colaboração entre o Exército Português e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

Proposta do Sr. Presidente da Câmara

----- Considerando que a ANMP celebrou com o Exército Português, em março de 2011, um protocolo de colaboração, no âmbito da estratégia de recrutamento contínuo de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

voluntários para o exército português, da divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado e de contrato e da prestação de esclarecimentos militares a efetuar, gratuitamente, nos serviços de atendimento ao público das Câmaras Municipais;

----- Foi, agora, proposto à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra uma parceria com o Exército Português, cujos objetivos constam da minuta do Protocolo de Colaboração que se anexa ao presente, para apreciação. -----

----- Pretende-se, com a celebração do Protocolo em questão, resumidamente, o seguinte: -----

----- **A divulgação das condições de prestação de serviço militar, em regime de voluntariado e em regime de contrato, bem como a prestação de esclarecimentos relativos a assuntos de natureza militar como: recenseamento militar, Dia da Defesa Nacional, certidões militares, segundas vias de cédulas militares, contagens de tempo de serviço, requerimento para complemento de pensão e reforma (ex-combatentes), entre outros.** -----

----- Nesta medida a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, deliberando aprovar os termos da parceria proposta, disponibilizará os seus funcionários (que receberão formação específica, dada pelo Exército) não só para apoiar o Exército, mas também para apoiar os jovens pampilhosenses que buscam alternativas para a sua vida profissional e os munícipes que, de outra forma, teriam que se deslocar a Coimbra para obter esclarecimentos relativos a assuntos militares. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo do Protocolo em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.10 – Projeto de Regulamento do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra

----- Considerando a concretização do princípio constitucional, expresso no art. 79º da Constituição da República Portuguesa, de que todos têm direito à cultura física e ao desporto, exige a conjugação de esforços do Governo e das autarquias locais, das escolas, associações, coletividades, federações e dos clubes desportivos. -----

----- Todo o propugnado na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, reforça e dá cumprimento aos princípios fundamentais tutelados pela Constituição da República Portuguesa, em particular, o princípio do “Desporto para todos” que o Município de Pampilhosa da Serra visa concretizar. -----

----- Situando-se numa região do país onde o peso da interioridade é (ainda) muito



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

elevado e a distância dos centros urbanos significativa, o Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra assume um papel fundamental na melhoria da prática de atividades desportivas. -----

----- Reconhecendo o Município de Pampilhosa da Serra que a prática de atividades desportivas constitui um importante fator para o desenvolvimento das condições de saúde e bem-estar dos pampilhosenses, quer em termos de condição física, quer no campo social, por fomentarem o espírito gregário da população e a livre participação dos seus membros, o Município não pode deixar de incentivar a sua prática nas melhores condições possíveis. -----

----- Sendo o Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra, sito na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, um equipamento destinado a prestar um serviço público, que se deseja ao dispor e fruição de todos os que se dedicam à prática do desporto, enquanto opção desejável de ocupação de tempos livres, cumprirá tanto mais eficazmente a sua função quanto maior e melhor for utilizado, dinamizado e frequentado. -----

----- Nesta perspetiva de qualidade dos serviços a prestar, conjuntamente com a necessidade de preservação e conservação do património que o constitui, torna-se indispensável estabelecer um conjunto de normas e procedimentos que garantam e salvaguardem a coexistência harmoniosa destes dois princípios. -----

----- Pelo que, foi presente o Projeto de Regulamento que estabelece as normas relativas à gestão, funcionamento e condições de utilização do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou que o referido Projeto de Regulamento fosse submetido a apreciação pública, nos termos do artº 118º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.11 – Contrato – Programa de Desenvolvimento Educativo, Cultural, Turístico e de Marketing Territorial do Concelho de Pampilhosa da Serra – 2013

----- Pelo Sr. Presidente foi proposto que, à semelhança do ano anterior, seja celebrado Contrato-Programa de Desenvolvimento Educativo, Cultural, Turístico e de Marketing Territorial do Concelho de Pampilhosa da Serra – 2013, entre o Município de Pampilhosa da Serra e Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento, com vista a estabelecer medidas de cooperação e apoio, entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere, e inerente a atribuição de apoio financeiro, para a concretização de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

programa de desenvolvimento educativo, cultural e turístico e de marketing territorial do concelho de Pampilhosa da Serra, nos mesmos termos do Contrato-Programa elaborado no ano transato. -----

- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar; -----
- Estabelecendo a retroatividade dos seus efeitos a 01/01/2013 a 31/12/2013; -----
- Conceder poderes ao Sr. Presidente para a sua assinatura. -----
- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.12 – Protocolo de Cooperação com a SERRA DO AÇOR – Associação de Desenvolvimento Regional

----- Pelo Sr. Presidente foi proposto celebrar Protocolo de Cooperação com a SERRA DO AÇOR – Associação de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de estabelecer as medidas de cooperação e apoio, entre aquela Associação e o Município de Pampilhosa da Serra, tendo em vista a implementação das ações preconizadas no Plano de Ação do PMDFFCI de Pampilhosa da Serra e execução dos trabalhos a elas inerentes, à semelhança do elaborado no ano transato. Dever-se-á destacar neste âmbito, a regularização da plataforma de acesso, retificação do traçado da rede viária florestal, a fim de suavizar curvas ou excesso de inclinação, limpeza e manutenção da mesma, construção ou beneficiação de valetas, realização de ações de correção torrencial na rede viária florestal do concelho de Pampilhosa da Serra durante o ano de 2013.-----

- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, determinar -----
- a produção de efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2013, -----
- conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar, e -----
- designar um responsável pelo acompanhamento do presente Protocolo, que será a Eng^a Sandra Custódio. -----
- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PÚBLICAS

3.1.1. – Receção definitiva e libertação de caução

Empreitada: Conceção / Execução das Oficinas Municipais



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Adjudicatário: Argoconstrutora, Construção Civil, Ld^a

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor:-----
----- “ Em 11/01/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----
----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente.-----
----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 125-02-0881440 emitida em 19/10/2005 pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de 6.602,97 € e para reforço de garantia foi prestada a garantia bancária nº 125-02-1301627, emitida em 29/01/2008 pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de 6.602,98 €. -----
----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva em anexo e libertadas as garantias bancárias acima mencionadas. À consideração superior.” -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2. – Parecer prévio vinculativo, para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços **- Parecer genérico**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---
----- “A Lei do Orçamento de Estado para 2013, Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro, à frente designada por LOE para 2013, à semelhança da LOE para 2011 e da LOE para 2012, consagra no n.º 4 e n.º 10.º do artigo 75.º a obrigatoriedade de existência de parecer prévio vinculativo, para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgão e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro. -----
----- O parecer prévio vinculativo nas Autarquias Locais é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos na alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 75.º da LOE para 2013, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de Abril, e 66/2012, de 31 de dezembro, conforme dispõe o n.º 10.º do artigo 75.º da LOE para 2013. -----
----- No que concerne às Autarquias Locais, verifica-se que até à presente data não foi publicada a Portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Saliente-se que quando entrou em vigor a LOE para 2011, foi inicialmente entendido que a exigência de parecer prévio vinculativo era apenas aplicável aos contratos de prestação de serviços de tarefa e de avença e aos contratos cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

----- Com a publicação do diploma que veio estabelecer as normas de execução do orçamento de estado para 2011, Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março, e com a publicação da LOE para 2012 e da LOE para 2013, verificou-se que estes diplomas vieram contemplar expressamente as aquisições de serviços que não estão sujeitas a redução remuneratória e a parecer prévio. -----

----- Atenta agora a LOE para 2013, concretamente o n.º 6 do artigo 75.º, verifica-se também que a mesma contempla expressamente à semelhança dos diplomas identificados no parágrafo anterior, quais são as aquisições de serviços que não estão sujeitas a redução remuneratória e a parecer prévio. -----

----- Assim, face às disposições legais supra mencionadas é entendido que todas as aquisições de serviços que não estão contempladas no n.º 6 do artigo 75.º da LOE para 2013, estão sujeitas a parecer prévio, o que traduz que a maioria das aquisições de serviços realizadas para assegurar o normal funcionamento dos serviços estão sujeitas a este requisito legal. -----

----- Ora, atenta a Portaria aplicável à Administração Central que regulamenta a tramitação do parecer prévio vinculativo, constata-se que existe a concessão de um parecer genérico favorável à celebração de determinadas prestações de serviços, o que promove de certa forma a desburocratização dos procedimentos atinentes a essas prestações de serviços. -----

----- Neste contexto e tendo em conta que o Município de Pampilhosa da Serra se pauta por critérios de eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, propõe-se que o órgão executivo estabeleça uma autorização genérica para a realização de determinadas aquisições de serviços. -----

----- Propõe-se concretamente que delibere conceder parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, cujo procedimento seja o ajuste direto em regime simplificado.-----

----- Não cabem nesta autorização independentemente do valor da adjudicação os contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, bem como os contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

----- Assim, as aquisições de serviços que se contratem ao abrigo do parecer genérico a conceder têm de obedecer aos seguintes requisitos: -----

----- - Tem que estar em causa a execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

----- - Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes às contratações a efetuar ao abrigo do presente parecer. Não obstante a Lei prever este requisito legal, entende-se que o mesmo apenas será aplicável quando entrar em vigor a Portaria que regulará o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação mencionada na alínea a) do artigo 5.º do artigo 75.º da LOE para 2013; -----

----- - Verificação do cumprimento da medida de redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 75.º da LOE para 2013, caso seja aplicável; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- - Os contratos apenas podem ser formalizados após confirmação de cabimento orçamental a efetuar pela Divisão Administrativa e Financeira da presente edilidade; -----

----- - Será dado conhecimento à Câmara Municipal até ao término do mês seguinte ao trimestre a que digam respeito a lista dos contratos celebrados ao abrigo do parecer genérico a conceder, com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação e cabimento orçamental. ---

----- Mais se informa que o n.º15 do artigo 75.º da LOE para 2013, prevê também o seguinte: "Sempre que os contratos de aquisição de serviços estejam sujeitos a autorização para assunção de encargos plurianuais deve o requerente juntar a autorização obtida na instrução do pedido de parecer (...)." Ora, atento este dispositivo legal bem como as situações que o presente parecer visa acautelar, entende-se que o requisito legal aí previsto (n.º 15 do artigo 75.º) não se aplica ao presente parecer, uma vez que o mesmo destina-se apenas à celebração de aquisições de serviços por ajuste direto em regime simplificado que não consubstanciem compromissos plurianuais. -----

----- Considerando todo o exposto e principalmente o facto de se pretender tornar mais céleres e eficazes os procedimentos de aquisições de serviços, submete-se à digníssima Câmara Municipal o seguinte: -----

----- Que emita parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, que não consubstanciem contratos de tarefa e de avença, nem de consultadoria técnica, cujo procedimento seja por ajuste direto em regime simplificado. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - ÁGUAS E SANEAMENTO

3.2.1 - Comunicação n.º 5510 de 13/12/2012 - Consumo de água - Licínio Paulo Martins Dias

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Águas, do seguinte teor: -----

----- "Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação do Sr. Licínio Paulo Martins Dias, respeitante ao contador n.º 00003237, sito na Rua da Malhada, na localidade de Porto de Vacas, na qual é referido o recibo n.º 51487/2012 relativo ao mês de novembro, o qual importa na quantia de 671,39 € e que o valor faturado é bastante mais elevado que o valor normal de faturação. -----

----- Face ao exposto e devidamente analisada a situação, verificou-se que a rotura de água que se verificou na habitação se deveu a um excesso de pressão de água existente à data da mesma, na



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

rede de abastecimento de água na localidade de Porto de Vacas. -----

----- Tendo por base o exposto no ponto anterior, constata-se que o consumo refletido na fatura/recibo nº 51487/2012, se deveu a factos alheios ao munícipe, pelo que a mesma deverá ser alterada por forma a refletir o consumo médio verificado nos últimos 12 meses anteriores à emissão da mesma. *À Consideração superior.* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços de Águas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 – Comunicação nº 4896 de 07/11/2012 – Fatura excessiva

- António Henriques Tomé

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Água, do seguinte teor: -----

----- “ Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação do Sr. António Henriques Tomé, respeitante ao contador nº 00224514, sito no Pátio do Ribeiro, nº 1, na localidade de Vidual de Cima, na qual é referido uma faturação excessiva de água. -----

----- Face ao exposto e devidamente analisada a situação respeitante à conta corrente e leituras do consumidor em causa, verificou-se que devido a leituras indevidas, foram faturados valores que não deveriam ser imputados ao munícipe. -----

----- A faturação referida verificou-se no período de junho de 2010 a maio de 2011, sendo que decorreu nesse período uma faturação por excesso no valor de 1632,52 €. -----

----- Sendo que o valor em causa foi liquidado pelo munícipe junto dos serviços deste Município, julga-se ser premente proceder à restituição do valor em causa. *À consideração superior.* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade restituir ao munícipe António Henriques Tomé, o valor de 1632,52€. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - ACÇÃO SOCIAL

4.1.1 - Projeto Trilhos Rur@l_idades- Transferência de verbas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social , do seguinte teor: -----

----- “ Venho por este meio informar que o Projeto Trilhos Rur@l_idades foi aprovado para os anos de 2013 a 2015, no âmbito da candidatura ao Programa Escolhas 5ª Geração, sendo a Associação de Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra a entidade gestora e este Município a entidade promotora, entre um consórcio mais vasto.-----

----- Tendo este Município assumido em sede de candidatura um contributo financeiro anual no valor de 21.178,34 €, venho por este meio solicitar a V.Exª a transferência referente ao ano de 2013. -----

----- Coloco à consideração superior, a possibilidade de transferência de mais verba referente ao ano de 2014, uma vez que fomos informados que a 1ª tranche financiada pelo Programa Escolhas será enviada em março de 2013, não se prevendo qualquer adiantamento. À consideração superior.”-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - JUVENTUDE E DESPORTO

4.2.1 - Isenção do pagamento de utilização do Pavilhão e Piscina Municipal - GNR de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação da Secção de Desporto, do seguinte teor: -----

----- “ De acordo com o despacho datado de 11 de novembro da Drª Alexandra Tomé, contido no correio eletrónico com data de 14 de novembro do corrente ano, sobre o pedido de utilização dos Espaços Desportivos (Pavilhão e Piscina Municipal) deste Município, a nível gratuito, ao efetivo do Posto Territorial da GNR de Pampilhosa da Serra, informo V.Exª do seguinte: -----

----- - Relativamente à utilização da Piscina Municipal, a mesma poderá ser utilizada diariamente; -----

----- - No que se refere ao Pavilhão Municipal, não foi possível por parte do contingente da GNR, apurar um dia específico da semana para poderem usufruir do referido espaço, visto fazerem turnos rotativos. -----

----- Mais informo V.Exª que falei pessoalmente com o Sr. Comandante de Posto, onde foi sugerido que sempre que pretendam utilizar o Pavilhão para atividade desportiva, seja solicitado antecipadamente a referida cedência e os Serviços de Desporto informarão da disponibilidade. Em anexo remeto a listagem onde constam os nomes dos agentes do Posto da GNR de Pampilhosa da



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Serra. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a isenção de pagamento de utilização do Pavilhão e Piscina Municipal pela GNR de Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - GABINETE FLORESTAL E AGRICULTURA

5.1.1 - Devolução de verba ao IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

----- Foi presente a Informação 01/2013 do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----

----- "*Venho por este meio informar que o processo n.º 008/CEI/2011, com início a 1 de junho de 2011 e termo a 31 de maio de 2012, foi aprovado para 6 indivíduos e tinha um custo total de 24 147,07 € (vinte e quatro mil cento e quarenta e sete euros e sete cêntimos).* -----

----- *Uma vez que, no decorrer do projeto este ficou sem dois indivíduos e houve muitas faltas apresentadas pelos restantes elementos, efetivamente o Município só gastou 15 036,15 € (quinze mil e trinta e seis euros e quinze cêntimos). Como o IEFP já tinha adiantado ao Município 18.322,76 € (dezoito mil trezentos e vinte e dois euros e setenta e seis cêntimos) este tem de devolver a diferença.* -----

----- *Segundo ofício apresentado pelo IEFP, o Município de Pampilhosa da Serra tem que devolver o valor de 3 253,08 (três mil duzentos e cinquenta e três euros e oito cêntimos).* -----

----- *Mais se informa que a devolução do valor deve ser efetuada por transferência bancária para o NIB 003501050002604773016, no prazo de 60 dias consecutivos a partir da data da notificação (21/12/2012). À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, António Lucas, que a subscrevi. -----

J. A. Pacheco Brito Dias
António Lucas